



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na quinta-feira	IBovespa nos últimos dias	Na quinta-feira	Últimos	Comercial, venda na quinta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,06% São Paulo	1,32% Nova York	R\$ 5,193 (+ 0,32%)	R\$ 1.621	R\$ 6,065	13,90%	13,84%	Marco/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07
	166.934 17/8 18/8 19/8 20/8	13/agosto 5,193 14/agosto 5,219 17/agosto 5,201 18/agosto 5,221 19/agosto 5,176					

DINHEIRO PÚBLICO

Governo lança plano para soberania digital

Com a presença do deputado Hugo Motta, presidente Lula anuncia, no Rio Grande do Norte, um conjunto de medidas para ampliar a capacidade brasileira de desenvolvimento e uso de inteligência artificial (IA)

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Em meio às tensões entre o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e o norte-americano Donald Trump, o governo lançou, ontem, um pacote com três ações com o objetivo de diminuir a dependência de tecnologias dos Estados Unidos. Entre os principais anúncios está a aquisição, por meio de edital competitivo, de um supercomputador com capacidade estimada em cerca de 7.200 petaflops — aproximadamente 7,2 quintilhões de operações matemáticas por segundo. O investimento previsto é de cerca de R\$ 1 bilhão, e a máquina deverá figurar entre as 10 maiores do mundo em capacidade de processamento de IA.

O equipamento deverá ser instalado no Parque Tecnológico Augusto Severo, pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com execução do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A previsão é de que o supercomputador entre em operação no fim de 2027.

Embora tenha utilização nacional, a escolha do Rio Grande do Norte é associada ao potencial energético do estado. A instalação também pretende levar infraestrutura científica de alta tecnologia ao Nordeste e contribuir para a descentralização da capacidade de pesquisa e inovação brasileira. O edital prevê ainda transferência de tecnologia, capacitação, pesquisa e desenvolvimento, conteúdo local e participação de fornecedores brasileiros, com a meta de capacitar 5 mil pessoas em cinco anos.

Em seu discurso, Lula citou que o Brasil não pode ficar para trás na revolução digital. “Nem chinês, nem americano é melhor do que nós. Nós vamos entrar nesse

Foto: Ricardo Stuckert



Além da governadora do RN, Fátima Bezerra, estiveram na cerimônia ministros do governo e o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB)

mercado. Nós vamos provar que os brasileiros, que os nossos acadêmicos e que a nossa juventude não devem nada a ninguém. Eles só precisam de oportunidades”, disse. “É por isso que nós estamos fazendo essa revolução digital que a gente não quer ficar para trás”, completou.

Outra frente anunciada pelo governo prevê uma infraestrutura de supercomputação no Rio de Janeiro, executada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) em parceria com as empresas chinesas

Huawei e iFlytek. O projeto terá investimento estimado em R\$ 1,276 bilhão ao longo de cinco anos, com início das operações previsto para julho de 2027.

A iniciativa prevê transferência de tecnologia, pesquisas, formação de profissionais e desenvolvimento de uma pilha de software soberana. A expectativa é capacitar 3 mil brasileiros em cinco anos, além de ampliar as atividades de pesquisa e desenvolvimento relacionadas à inteligência artificial.

A terceira iniciativa busca

ampliar a capacidade brasileira de desenvolver chips. Com horizonte de 10 a 15 anos, o projeto será baseado na arquitetura RIS-C-V, uma tecnologia aberta e não proprietária. A proposta busca diminuir a dependência de arquiteturas controladas por poucas empresas ou países e ampliar o domínio brasileiro sobre tecnologias consideradas críticas para a computação de alto desempenho e a inteligência artificial. A iniciativa será desenvolvida em cooperação com o ecossistema de inovação de

Barcelona, na Espanha.

O pacote inclui ainda a estruturação da chamada Nuvem Brasileira, uma parceria entre os setores público e privado para desenvolver no país componentes críticos de computação em nuvem e criar uma alternativa nacional para armazenamento e processamento de dados e sistemas.

A proposta pretende reduzir a dependência de grandes provedores estrangeiros por meio de padrões abertos e interoperáveis e do uso de tecnologia nacional em

componentes críticos. Um acordo entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Serpro e o BNDES dará início à estruturação do projeto.

ReData

Convidado por Lula para participar do evento, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), prometeu, em seu discurso, a votação do marco da inteligência artificial antes do fim do ano. “Esse é um compromisso. O parlamento não está alheio ao nosso tempo”, disse, referindo-se ao relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que está parado.

Motta também mandou recado para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), destrave a votação do projeto de lei que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Centers (ReData). “No estímulo à competitividade, aprovamos (na Câmara) o ReData, e esperamos que logo, logo, o Senado Federal possa confirmar essa aprovação, já que o Brasil tem uma grande potencialidade para receber investimentos estrangeiros na área de DataCenters”, destacou Motta.

Ao falar da urgência da votação, o parlamentar citou que, atualmente, os dados do Pix são armazenados nos Estados Unidos. “A qualquer momento nós podemos ter um problema e esses dados não estarão sob a guarda do nosso país. Por isso, a importância de se investir nessa política para que o Brasil possa ter soberania”, destacou.

A proposta do ReData havia sido encaminhada ao Congresso como medida provisória, em 2025, mas perdeu a validade. O governo enviou, então, o Projeto de Lei nº 278/2025, que destina R\$ 5,2 bilhões do Orçamento de 2026 para o programa.

» Durigan promete controlar gastos

Programa amplia financiamento para motoristas

» PEDRO JOSÉ BORGES

O Governo ampliou o limite de financiamento para a compra de veículos novos por motoristas de táxi e de aplicativos cadastrados. A medida foi anunciada ontem pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e pelo Ministério da Fazenda. Com a mudança, os beneficiários poderão financiar veículos novos de até R\$ 200 mil, considerando o valor registrado na Nota Fiscal. O limite anterior era de R\$ 150 mil.

A nova regra também amplia a relação de veículos que podem ser financiados pelo programa. Passam a ser contemplados modelos híbridos que combinam motor elétrico com motor a combustão movido a álcool, gasolina ou ambos.

Segundo dados do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) de 2026, os veículos híbridos apresentam redução média próxima de 24% no consumo energético em comparação com modelos convencionais equivalentes movidos exclusivamente a combustão. De acordo com as informações de emplacamentos da Federação Nacional da Distribuição de

Veículos Automotores (Fenabrave) de 2025, o critério de preço passa a abranger potencialmente 88% das vendas de automóveis no país, ante 63% com o limite anterior.

Segundo o Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) de 2026, os veículos híbridos apresentam redução média próxima de 24% no consumo energético em comparação com modelos convencionais equivalentes movidos exclusivamente a combustão. De acordo com as informações de emplacamentos da Federação Nacional da Distribuição de

Para Benito Salomão, professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU), a elevação do teto pode tornar o

Minervino Júnior/CB/D A Press



Com a mudança, o limite do valor a ser financiado passa a R\$ 200 mil

programa mais atrativo para motoristas de aplicativos interessados em veículos elétricos. “A impressão é que com esse novo desenho do programa, ampliando a faixa de financiamento para carros de até R\$ 200 mil, é que isso está sendo motivado, sobretudo, pelo financiamento de veículos elétricos”, afirma.

Segundo o economista, o limite

anterior de R\$ 150 mil restringia o acesso aos modelos elétricos de entrada. Com a ampliação, veículos de faixas intermediárias passam a se enquadrar no programa. “Quando o governo amplia a faixa do programa, viabiliza-se a aquisição de carros elétricos de maior valor, tornando o programa muito mais atrativo para os motoristas”, explica.

Salomão também relacionou a baixa adesão ao programa ao limite anterior de financiamento. Na avaliação dele, o menor valor do veículo não necessariamente representa uma redução dos custos para profissionais que utilizam o carro durante muitas horas por dia.

“Com a gasolina no preço atual, não adianta para o motorista ter um limite de R\$ 150 mil e comprar um carro abaixo desse valor se, depois, o custo de rodagem para abastecer o veículo for maior do que o valor da própria prestação”, diz.

O professor citou como exemplo profissionais que trabalham entre oito e 10 horas por dia. Segundo ele, a economia obtida na parcela de um veículo a combustão mais barato pode ser compensada pelo gasto maior com combustível. Para Salomão, a alteração pode atender à demanda desses trabalhadores ao combinar uma faixa maior de financiamento com custos menores de utilização dos veículos. “Isso atende a esse público e contempla a demanda deles, garantindo tanto uma prestação acessível quanto um custo de rodagem e de combustível bem menor”, conclui.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse, ontem, que a equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai manter o arcabouço fiscal em um eventual próximo mandato do chefe do Executivo, a partir de 2027. Segundo o número 1 da economia, a ideia é prosseguir com os “ajustes necessários”, além de controlar gastos obrigatórios, que devem sufocar ainda mais o orçamento do Executivo nos próximos anos. “Isso é o fundamental para as pessoas entenderem que não tem navegação no escuro, que nós estamos prontos para fazer um esforço de mesma dimensão e, além de tirar o Brasil do mapa da fome, fazer mais investimentos, ter um IDH municipal muito desenvolvido, como nós tivemos agora, nós precisamos vencer essa linha final que é uma questão para o país”, disse o ministro, em entrevista à rádio CBN.